

Objetividade e subjetividade no conhecimento histórico: a oposição entre os paradigmas positivista e historicista

José D'Assunção Barros

Doutor em História (Universidade Federal Fluminense - UFF)
Professor Adjunto da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Resumo: Este artigo objetiva discutir questões referentes à relação entre Objetividade e Subjetividade na operação historiográfica, examinando os paradigmas Positivista e Historicista, de modo a desenvolver uma análise efetiva do problema. O Positivismo e o Historicismo são aqui expostos como paradigmas antagônicos, e suas características principais são expostas em um paralelo comparativo.

Palavras-chaves: Positivismo; Historicismo; Objetividade; Subjetividade.

Abstract: This article aims to discuss issues on the relation between Objectivity and Subjectivity in the historiographic operations, by examining the Positivist and Historicist paradigms in order to develop a more effective analysis of the issue. Positivism and Historicism are here displayed as antagonistic paradigms, and their main characteristics are exposed in a comparative parallel.

Keywords: Positivism; Historicism; Objectivity; Subjectivity.

Resúmen: Este artículo tiene como objetivo discutir las cuestiones planteadas a la relación entre objetividad y subjetividad en historiografía, examinando los paradigmas positivista y historicista, con el fin de desarrollar un análisis efectivo de este problema. El positivismo y el historicismo, se proponen aquí como paradigmas antagónicos, y sus principales características son expuestas en un paralelo comparativo.

Palabras-clave: Positivismo; Historicismo; Objetividad; Subjetividad.

Introdução

A questão da dicotomia entre objetividade e subjetividade no âmbito da História, como campo complexo de reflexão, impõe a confluência entre a Filosofia e a História-conhecimento, e não é à toa que dela têm participado com a mesma seriedade os filósofos e os historiadores – estes últimos particularmente preocupados com aspectos epistemológicos, éticos e metodológicos que podem afetar mais especificamente o seu ofício, ou o que dele se espera de retorno para a sociedade. Desde os pensadores do período iluminista, como Vico, Herder, ou Kant, até historiadores e filósofos ligados às discussões da Hermenêutica sobre especificidade da interpretação histórica – o que abrange um arco que inclui Droysen, Dilthey, Heidegger e Gadamer, entre outros – e até chegar a

autores que questionam o próprio conceito de “realidade”, como Foucault, Veyne ou Hayden White, abundam posições bastante diferenciadas sobre a questão, que de resto tem ela mesma a sua própria história, os seus momentos de intensificação ou de esvaziamento.

Historiadores diversos têm discutido a questão sobre distintos enfoques. Jörn Rüsen, por exemplo, procura iluminá-la, em um dos capítulos de sua *Razão histórica*,¹ em termos da oposição entre “partidarismo e objetividade”. Situa, em forma de indagações, e são muitas, as tensões que surgem entre os aspectos da cientificização da História e a sua função de orientação da vida prática. Que ajustes surgem entre a subjetividade, ou mais especificamente o partidarismo – compreendido como aquilo que se refere aos posicionamentos mais práticos na vida social, e que portanto corresponde à parcela mais visível da subjetividade dos atores envolvidos no processo de elaboração historiográfica – e uma objetividade definida por Rüsen como intenção ou pretensão de alcançar uma validade que vai para muito além dessa relação funcional com as posições de seus autores e leitores na vida social?² De igual maneira, a questão da Objetividade atrai inevitavelmente outras para o campo de discussões, como a da verificabilidade do conhecimento histórico produzido, a da relação do historiador com as fontes (elas mesmas mergulhadas na subjetividade), ou a da escolha de metodologias apropriadas. As questões são múltiplas, e, assim como em Jörn Rüsen, a reflexão sobre a delicada relação entre objetividade e subjetividade tem ocupado uma posição importante entre os autores que tem se ocupado de discutir aspectos pertinentes à teoria e metodologia da História.

Sobre os momentos de maior ou menor intensidade na discussão sobre a subjetividade e objetividade na História, Michel Foucault, em sua *Arqueologia do saber*,³ assinala a partir dos anos 1960 um certo esvaziamento entre os historiadores com relação ao interesse pelas questões existenciais da História (sua natureza, relação com a realidade, nível de objetividade), e uma preocupação crescente com aspectos mais práticos, pertinentes à pesquisa e escritura da História, como por exemplo a constituição de documentação, a escolha de uma escala de observação, as decisões metodológicas.⁴ Trata-se de um sintoma que revela um certo afrouxamento das relações entre a História e a Filosofia, que haviam sido particularmente fortes no século XIX e na primeira metade do século XX. De todo modo, a discussão em torno da objetividade e Subjetividades envolvidas na elaboração da História-conhecimento será sempre indispensável

¹ Jörn Rüsen, *Razão Histórica, teoria da história: fundamentos da ciência histórica* (Brasília: EDUnB, 2001 [1983]), 127-8.

² Rüsen, 127.

³ Michel Foucault, *Arqueologia do saber* (Rio de Janeiro:)

⁴ José C. Reis, “História e Verdade: posições,” in *História e teoria* (Rio de Janeiro: FGV, 2003), 147-177.

à própria formação do historiador, com vistas à construção de uma adequada compreensão sobre o seu ofício e sobre as possibilidades que se abrem no âmbito da pesquisa e da escritura do texto historiográfico.

A aporia fundamental, que insere a História-conhecimento em um redemoinho interminável de desafios e questionamentos, foi bem colocada por Koselleck em seu livro *Futuro passado*.⁵ Ao mesmo tempo em que o historiador é conclamado a produzir “enunciados verdadeiros” (e mais tarde poderemos discutir a distinção entre “verdade” e “enunciado verdadeiro”), ele também deve se defrontar com a consciência de que suas proposições sempre serão relativas. Ou seja, uma certa exigência de objetividade é confrontada com o incontornável reconhecimento da subjetividade que afeta a História como ciência humana que trabalha de um lado com materiais envoltos na subjetividade, e de outro com um agente de produção deste conhecimento que se inscreve, ele mesmo, em vários circuitos de subjetividade. Esta consciência foi se aprofundando cada vez mais na história da historiografia ocidental, ao ponto de Gadamer – na primeira conferência de seu livro *A Consciência histórica* (1996) – defini-la como “o privilégio de o homem moderno ter plena consciência da historicidade de todo presente e da relatividade de toda opinião”. A consciência histórica que caracteriza o homem contemporâneo, acrescenta Gadamer, é “um privilégio, mas talvez também um fardo.”⁶

Em seu âmbito mais geral, a questão do contraste entre Objetividade e Subjetividade remete-nos àquilo que Adam Schaff, em seu relevante livro *História e verdade* (1971), chamou de “tríade do processo cognitivo”. Teremos nesta tríade (1) o sujeito que conhece, (2) o objetivo do conhecimento e (3) o produto do processo de conhecimento.⁷ Para simplificar, chamaremos a estas três instâncias de “sujeito”, “objeto”, e “conhecimento”. Adam Schaff, adicionalmente, faz derivar das ênfases no ‘objeto, no ‘sujeito, ou na ‘interação entre sujeito e objeto’, três modelos diferenciados de processo cognitivo: o ‘modelo mecanicista’ (que está centrado no objeto e no qual o sujeito é um instrumento que o registra passivamente), o ‘modelo idealista’ (que está centrado em um sujeito que, no limite, se apercebe do objeto de conhecimento como sua própria construção), e, finalmente, um terceiro modelo que se apoia na ‘interação’ entre sujeito e objeto. No terceiro modelo, que Schaff convoca para a perspectiva do materialismo histórico, o sujeito é ativo, mas está sujeito a condicionamentos que fazem de seu ponto de vista algo mais que não a pura subjetividade individual, e sim uma visão da realidade que é socialmente transmitida. A análise se

⁵ Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos* (Rio de Janeiro: Contraponto, 2006 [1979]).

⁶ Hans-Georg Gadamer, *A consciência histórica* (Rio de Janeiro: FGV, 1998 [1996]), 16.

⁷ Adam Schaff, *História e verdade* (São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1971]), 72.

Schaff especificamente vinculada ao marxismo, que se dá na segunda parte da argumentação, pode ser certamente criticada tanto no sentido de que é possível perceber em certas variantes do marxismo o ‘modelo mecanicista’, como no sentido de que o materialismo histórico não é o único âmbito que lida com a ênfase na interação entre sujeito e objeto. De todo modo, a identificação da tríade fundamental do processo cognitivo, muito bem situada por Schaff, é primorosa para a abordagem das relações entre objetividade e subjetividade no processo de produção do conhecimento historiográfico.

A objetividade e subjetividade histórica na oposição entre positivismo e historicismo.

A historiografia dos séculos XIX ao XXI oferece um arco interessante e diversificado de posições relacionadas à questão da oposição e interação entre objetividade e subjetividade em História. Praticamente o século XIX abre-se e encerra-se com este debate, pois além de ser o século da História, será constituído de décadas de confronto entre duas posições fundamentais com relação a esta questão: o *positivismo* e o *historicismo*. Adicionalmente, surge em meados do século XIX uma nova Filosofia da História, mas sem ainda estar acompanhada por muitas obras historiográficas propriamente ditas: o *Materialismo Histórico*, que no século XX traria inúmeras contribuições historiográficas já produzidas por historiadores ligados ao materialismo histórico. Mas a discussão desta terceira proposta historiográfica foge ao objeto de análise do presente artigo.

A oposição fundamental entre positivismo e historicismo dá-se em torno de três aspectos fundamentais: a dicotomia objetividade/subjetividade no que se refere à possibilidade ou não de a História chegar a leis gerais validas para todas as sociedades humanas; o padrão metodológico mais adequado à história (de acordo com o modelo das Ciências Naturais, ou um padrão específico para as ciências humanas); e a posição do historiador face ao conhecimento que produz (neutro, imerso na própria subjetividade, engajado na transformação social).

Com relação aos padrões positivista e historicista, é importante ressaltar que, enquanto o positivismo, como paradigma, já está praticamente pronto desde o início do século XIX – já que herda uma série de pressupostos do Iluminismo, embora por vezes invertendo a sua aplicação social e vindo a constituir de fato uma visão de mundo tendencialmente conservadora, ao contrário dos setores mais revolucionários do pensamento ilustrado – já o historicismo estará construindo o seu paradigma no decurso do próprio século XIX. Influências mais isoladas lhe chegavam de autores precursores como Herder ou Vico, que já estavam no século XVIII atentos à relatividade das sociedades humanas

contra a tendência predominante na intelectualidade da época, o Iluminismo, que tendia a pensar na natureza universal do homem e em uma história ‘universalizante’, e não ‘particularizante’. Mas foram poucas as vozes que sintonizariam, neste século anterior, com as preocupações dos historicistas oitocentistas.

Os positivistas contam de fato com toda uma fortuna crítica que inclui as já clássicas discussões iluministas em torno de questões que lhes seriam caras: a possibilidade de um conhecimento humano inteiramente *objetivo*; a construção de uma história *universal*, comum a toda a humanidade; a possibilidade de amparar um conhecimento científico sobre as sociedades humanas com base na ideia de *imparcialidade* do sujeito que produz o conhecimento. Estes princípios, no que apresentam de mais essencial, sustentam-se sobre a noção de que haveria uma “natureza imutável do homem”. São estes fundamentos, que já vinham sendo discutidos há muito pelo pensamento ilustrado, que o positivismo tomaria para si, emprestando-lhes uma nova coloração. Por isto, podemos dizer que, no essencial das questões que irá colocar a si mesmo, o positivismo já inicia o século XIX com um quadro bastante claro de seus posicionamentos, enquanto que já o historicismo se apresentará no decurso do século XIX como algo que aqui tomaremos a liberdade de chamar de “historicismo em construção”.

Para os primeiros historicistas, nada de fato está propriamente pronto. O historicismo ainda precisará construir a si mesmo, estendendo contribuições diversas em um arco que irá de Leopold Ranke – ainda preocupado em “narrar os fatos tal como eles aconteceram” – até Droysen e Dilthey, historicistas relativistas que já se ocupam em trazer para a historiografia uma reflexão sobre a subjetividade do próprio sujeito que constrói a história, bem como sobre a singularidade do padrão metodológico a ser encaminhado pela Historiografia: um padrão “compreensivo” e não “explicativo” como nas ciências naturais. Esta mesma discussão estende-se através do século XX, chegando a nomes como Gadamer, Paul Ricoeur, e outros historicistas modernos como Marrou.

Já apontamos alguns traços iniciais do confronto entre historicismo e positivismo. Poderemos prosseguir fazendo notar que a distinção fundamental entre positivistas e Historicistas, de um lado, refere-se ao contraste de suas perspectivas sobre o homem – percebido como uma natureza imutável, pelos positivistas, e como um ser em movimento e em processo de diferenciação, pelos historicistas. De outro lado, os dois paradigmas também se opõem precisamente no que se refere ao papel da objetividade e da subjetividade na produção do conhecimento histórico. Aferrados a um modelo cientificista que procura aproximar ou mesmo fazer coincidir os modelos das Ciências Naturais e das Ciências Sociais e Humanas, os positivistas tendem a enxergar a subjetividade – do mundo humano examinado, mas também do historiador –

como um problema para uma história que postula ocupar um lugar entre as ciências. Já os historicistas, que construirão seus posicionamentos em torno desta questão ao longo das várias décadas do século XIX, tenderão no limite a enxergar a subjetividade não como um problema, mas como uma riqueza, ou mesmo como aquilo o que precisamente permite à História constituir-se em um conhecimento dotado de uma especificidade própria.

Haverá também, no arco historicista, os que, reconhecendo-a, buscam controlar a subjetividade, impor-lhe limites; mas os maiores nomes das últimas décadas do século XIX, que estendem sua contribuição para uma continuidade com os historicistas do século XX, chegam a realizar efetivamente a virada relativista, e a lidar com a subjetividade (inclusive a do próprio historiador) como algo que não compromete a cientificidade do trabalho historiográfico. Em vista disto, será fundamental para estes historicistas opor o paradigma explicativo das Ciências Naturais (e reivindicado pelos positivistas) ao paradigma da *compreensão*, aspecto que é operacionalizado de maneiras distintas por alguns historicistas quando contrapostos entre si. Será oportuno recolocarmos a contextualização sócio-política específica dos dois paradigmas – Historicista e Positivista – antes de passarmos a um estudo mais específico de alguns casos que ilustrem as posições descritas.

Positivismo

O positivismo do século XIX, conforme já havíamos ressaltado, herda os traços centrais do seu paradigma do Iluminismo do século XVIII. Contudo, esta passagem de um modelo a outro envolveu uma apropriação conservadora das ideias iluministas, que tinham desempenhado um papel importante no contexto revolucionário francês. Homens como o matemático iluminista Condorcet (1743-1794), que viveram intensamente o clima da França revolucionária, postulavam o objetivo científico de encontrar “leis gerais, necessárias e constantes”, que fossem válidas para a humanidade como um todo, como uma maneira de libertá-la tanto dos grilhões de ignorância como das opressões políticas e sociais impostas pelo Antigo Regime – esta amálgama que unia os interesses do estado absolutista, da nobreza com seus privilégios, e dos setores mais conservadores da Igreja da época, com seu obscurantista apoio ao sistema.

Condorcet, que acreditava na possibilidade de que fosse desenvolvida uma “matemática social” com vistas à aplicação do cálculo das probabilidades às ciências sociais, assim se expressava sobre os ganhos sociais que poderiam advir de um empreendimento como este: “[o estudo dos fatos sociais] foi abandonado ao acaso, à avidez dos governos, à astúcia dos charlatães, aos preconceitos ou aos interesses de todas as classes poderosas. [A aplicação do novo método] permitirá seguir, nas ciências da sociedade, um caminho quase

tão seguro quanto o das ciências naturais.”⁸

A ambição de construir uma ciência das sociedades que fosse tão neutra como a física ou como pareciam ser as ciências naturais vincula-se, em autores ligados ao iluminismo revolucionário como Condorcet, à ideia de derrubar aquele antigo regime no qual a parcialidade no conhecimento parecia ligar-se essencialmente aos interesses dos grupos sociais dominantes: a sustentação política da monarquia absoluta, os privilégios de uma Aristocracia encarada sob o prisma do “parasitismo social”, e as superstições teológicas e hierarquizações sociais difundidas pelo alto clero. Assim, por exemplo, os antigos “argumentos de autoridade”, invocados pela Igreja desde a Escolástica como índices fundamentais para trazer legitimidade às afirmações científicas e filosóficas, passavam a ser veementemente contestados pelos iluministas como parcialidade obscurantista, como atitudes não-científicas que deveriam ser superadas para o estabelecimento de uma humanidade livre guiada pela razão. A ciência, para os filósofos iluministas, deveria desenvolver argumentações não em torno “argumentos de autoridade” ou de afirmações baseadas em revelações de natureza teológica, mas sim através do uso do raciocínio lógico, da demonstração empírica, da experiência verificável, do cálculo, da incorporação do método cartesiano da dúvida, da utilização sistemática do método empírico inaugurado por Francis Bacon (1561-1626). Nesta perspectiva, a ideia de uma imparcialidade científica surge explicitamente como um discurso revolucionário.

É claro que – à parte o fato já de si complexo de incluir diversas correntes internas – o Iluminismo não é só revolucionário. A seu tempo, em algumas questões mais específicas, o próprio pensamento iluminista também revelaria seus limites conservadores. Isto se dá porque a burguesia, base social da sustentação do pensamento ilustrado, pode ser compreendida neste período simultaneamente como uma classe revolucionária – interessada em libertar a sociedade como um todo das amarras feudais do Antigo Regime e das restrições mentais impostas pela Igreja – e como também uma classe disposta, pelo menos nos seus setores economicamente mais privilegiados, a instituir um novo padrão de dominação política e social. Estes limites da burguesia revolucionária francesa ficam mais ou menos claros quando, a certa altura do processo revolucionário iniciado em 1789, começam a ser reprimidos os setores revolucionários mais à esquerda, que já começavam a colocar em cheque valores como o da “propriedade privada”. A própria *Declaração de Direitos do Homem*, aliás, expressa com clareza a dimensão revolucionária e os limites conservadores da revolução.

⁸ Condorcet, *Esquisse d'un tableau historique des progrès de l'esprit humain* (Paris: Éditions Sociales, 1966 [*Esboço de um quadro histórico dos progressos do espírito humano*. Campinas; Edunicamp, 1990] [1793]), 211-212.

De todo modo, para a questão que nos interessa, o Iluminismo representou de fato uma revolução significativa no que concerne às possibilidades de estudo científico das sociedades humanas. O contexto que acompanharia a passagem deste discurso iluminista revolucionário sobre as ciências da sociedade a um discurso conservador que seria o do positivismo no século seguinte será o do assentamento da burguesia, após as posições conquistadas pela Revolução, e reajustadas depois do período da restauração pós-napoleônica na sociedade industrial europeia. Na França, ainda haveria reajustes com as Revoluções de 1830 e de 1848, e em outros países da Europa se desenrolariam processos análogos, envolvendo movimentos sociais ou não, nos quais as sociedades europeias como que se reajustam às conquistas burguesas, mas incluindo também algumas concessões a persistências aristocráticas e eventualmente monárquicas.

O positivismo iria acrescentar, ao ideal iluminista de progresso, o conceito de ordem. Seu objetivo será a ‘conciliação de classes’, maneira de acobertar, para utilizar uma expressão marxista, a “dominação de classe” empreendida pelas classes industriais. O seu fundador e representante maior na França oitocentista será Augusto Comte (1798-1857), que voltará a insistir em antigos postulados iluministas, mas agora já partindo de uma perspectiva claramente conservadora, na equiparação entre os métodos das ciências naturais e sociais, na afirmação literal da rigorosa neutralidade do cientista social, e na busca de leis gerais e invariáveis que regeriam as sociedades humanas. É de fato Augusto Comte quem inaugura a utilização deste sistema “positivo”, que já vinha sendo proposto por alguns dos últimos iluministas revolucionários, agora com vistas à defesa da ordem estabelecida. Literalmente, Comte fará agora “apelos aos conservadores,”⁹ e enxergará seus precursores iluministas sob o prisma de que a visão daqueles era obscurecida por “preconceitos revolucionários.”¹⁰ Com isto, surge rigorosamente falando um novo sistema, o positivismo, que se converterá em um dos grandes paradigmas para as ciências da sociedade no século XIX.

Conforme assevera George Lichtheim em seu artigo sobre o “conceito de ideologia”, publicado na revista *History and theory* (1965), o generoso otimismo do Iluminismo converte-se aqui em uma atitude apreensiva que visa assegurar a conservação da estabilidade social.¹¹ Estes deslocamentos da antiga filosofia iluminista, que antes incluía claras perspectivas de transformações da sociedade, para uma nova proposta positivista que agora defenderia a conservação das hierarquias sociais de sua época, foram bem analisados, dentre outros autores, pelos filósofos e cientistas sociais ligados à chamada Escola de

⁹ August Comte, *Appel aux Conservateurs* (Paris: 1855), 4.

¹⁰ Michel Löwy, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (São Paulo: Cortez, 1994), 22.

¹¹ Lichtheim, 1965, 169; Löwy, 22.

Frankfurt. Herbert Marcuse (1898-1979), por exemplo, aborda esta passagem em seu ensaio *Razão e Revolução*.¹² Já Walter Benjamin (1892-1940), nas suas *Teses de Filosofia da História*, publicadas postumamente, denunciará o grande engodo que, para as classes não-dominantes da sociedade industrial, teria sido trazido com a concepção mecanicista do progresso redimensionada de acordo com uma visão de mundo evolucionista.

Encaminhando uma arguta análise deste último manuscrito de autoria de Walter Benjamin, Josep Fontana argumenta em *A História dos homens*¹³ que o conceito de progresso teria tido uma função crítica até a Revolução Francesa. Contudo, com o assentamento da burguesia em suas posições conquistadas, esta teria favorecido a ideia de que o progresso realiza-se automaticamente, para o que teria ainda concorrido mais tarde a doutrina da “seleção natural” em suas aplicações às ciências sociais e humanas. A burguesia, de acordo com Benjamin, teria desnaturalizado o progresso com sua nova conotação mecanicista, e isto implicara na sua despolitização, na incitação à inação. A reinterpretção do progresso exclusivamente em função de avanços da tecnologia seria a chave para explicar esta despolitização que a burguesia industrial agora buscava impor às classes trabalhadoras. O positivismo, com seu discurso de “ordem e progresso”, passaria a constituir um dos discursos mais favoráveis aos novos objetivos da burguesia dominante. Pregava-se aqui a “conciliação de classes”, na verdade a submissão da massa de trabalhadores aos industriais que deveriam ser os responsáveis em encaminhar o bem ordenado progresso positivista. A educação das massas no estado positivista, de acordo com Augusto Comte, deveria preparar os proletários para “respeitarem, e mesmo reforçarem, as leis naturais da concentração do poder e da riqueza” nas mãos dos industriais. Mais tarde, continuadores mais modernos do positivismo, como Émile Durkheim (1858-1917), prosseguiriam afirmando que os fatos sociais são “fatos como os outros [os das ciências exatas], submetidos a leis que a vontade humana não pode interromper à sua vontade e que, por consequência, as revoluções no sentido próprio do termo são tão impossíveis como os milagres.”¹⁴

Também é possível perceber muito claramente a distância entre o objetivismo iluminista e o objetivismo positivista através do contraste entre os usos das metáforas orgânicas em um e outro destes paradigmas. Metáforas organicistas, emprestadas ao mundo natural, eram empregadas em autores como Condorcet para falar no “parasitismo social” das classes aristocráticas – isto porque, tal como já se disse, boa parte do pensamento ilustrado sintonizava-se com o clima revolucionário que logo explodiria na França, e representava

¹² Herbert Marcuse, *Reason and Revolution* (Beacon Press, 1960), 342.

¹³ Josep Fontana, *A história dos homens* (Bauru: Edusc, 2004 [2000]), 473-474.

¹⁴ Émile Durkheim, “La philosophie dans les universités allemandes” (1886) in *Textes, III – Fonctions sociales et institutions*. Paris: Éditions de Minuit, 1975.

essencialmente um modelo de pensamento produzido, sobretudo, por uma burguesia revolucionária. Já no positivismo do século XIX, agora a reboque de uma burguesia que chegara ao poder, as metáforas organicistas ou físicas – uma fisiologia social ou uma matemática social – começam a ser repetidamente utilizadas com objetivos conservadores. A sociedade é um corpo que precisa conservar seus diversos órgãos no correto funcionamento: há um lugar para o cérebro representado pela classe industrial, e outro para os braços e pernas representados pela massa trabalhadora. Neste modelo de harmonia corporal, ao “progresso” dos iluministas juntara-se a “ordem”, e os cientistas sociais deveriam se colocar a serviço do Estado, da ordem burguesa, e não mais se deixarem sintonizar com atividades revolucionárias. A conciliação de classes seria, para os positivistas, o seu objetivo maior.

Na historiografia, será sobretudo a partir de meados do século XIX, com as obras de Taine, Renan e Buckle, que o positivismo se afirmará. *A História da civilização na Inglaterra*, publicada por Henry Thomas Buckle (1821-1862) em 1857 está repleta de referências à ideia de “progresso” – geralmente relacionada aos avanços tecnológicos e ao conjunto das explicações científicas para os diversos fenômenos naturais e sociais – e também aparecem as referências aos “estágios da civilização”, estabelecendo-se uma hierarquia entre sociedades que situa a Europa no topo e rebaixa paternalisticamente os povos americanos e africanos. Buckle, na mesma obra, reconhece o avanço do último século na compilação de informações diversas, mas queixa-se precisamente da ampla maioria dos historiadores por ainda terem avançado muito pouco em uma história generalizadora, que traga unidade ao todo:

Mas se, por outro lado, tivermos de descrever o uso que destes elementos tem sido feito, diferente é a imagem a apresentar. A peculiaridade inauspiciosa da história do homem consiste em que, embora cada uma de suas partes tenha sido examinada com bastante eficácia, quase ninguém ainda tentou combiná-las num todo e verificar de que maneira se relacionam entre si. Em qualquer outro campo de investigação, reconhece-se universalmente a necessidade de generalização e vão se fazendo já esforços louváveis no sentido de, a partir de fatos particulares, se chegar à descoberta dos métodos [leis] que regem esses mesmos fatos. Tão longe está, contudo, esta de ser a orientação normal dos historiadores, que entre eles persiste a estranha ideia de que o seu trabalho consiste apenas em relatar acontecimentos, a que podem dar de vez em quando alguma vida por meio de uma ou outra reflexão moral ou política que pareça oportuna.¹⁵

Buckle dirige-se certamente contra os historicistas, quando reclama da ausência de generalização na historiografia predominante em seu tempo. De

sua parte, o caminho que propõe para tornar esta capacidade de generalização possível ao historiador é o da erudição e do conhecimento de alguns campos de saber essenciais que possam ser interligados para uma adequada compreensão da história:

Daqui resulta o espetáculo estranho de um historiador que ignora a economia política; outro, que nada sabe de direito; outro, que tudo desconhece acerca dos problemas eclesiásticos e das mudanças de opinião; outro, que despreza a filosofia das estatísticas, ou outro ainda a ciência física – e, contudo, esses assuntos são todos os mais essenciais, na medida em que abrangem as principais circunstâncias que afetam o temperamento e o caráter da humanidade e em que eles se manifestam. [...] de resto, não parece haver a intenção de as centralizar na história, de que em rigor, são afinal os componentes necessários.¹⁶

Por fim, Buckle espera ele mesmo cumprir as expectativas de se aproximar, com a História, das ciências naturais, isto é, do seu modelo generalizante: “Realizá-lo completamente, é impossível; espero no entanto conseguir para a história do homem algo equivalente, ou pelo menos análogo, ao que outros investigadores vêm realizando nos diferentes ramos das ciências naturais.”¹⁷

Rigorosamente falando, não se pode dizer que Buckle tenha logrado alcançar as tão ambicionadas descobertas das leis gerais que regeriam o desenvolvimento das sociedades humanas. Quando muito, formula o que já era de se esperar em uma historiografia positivista inspirada no modelo comtiano: uma justificação para a pretensão das sociedades europeias de se situarem no topo hierárquico das sociedades humanas, que aparecem disfarçadas numa especulação sobre aquilo que considera as “causas do progresso europeu.”¹⁸ Considerando que o grande confronto que move a história das sociedades humanas é a oposição entre os homens e o meio físico, Buckle irá sustentar que os europeus foram privilegiados por terem de lidar com um meio físico menos imponente e exuberante, com espaços físicos menos grandiosos, com circunstâncias físicas menos predisponentes a gerar superstições e distorcer-lhes a imaginação.¹⁹ Adquire uma importância fundamental na especulação de Thomas Buckle o meio físico, como aliás também em Hippolyte Taine (1828-1893) – outro dos mais importantes positivistas dos meados do século XIX.

¹⁶ Durkheim.

¹⁷ Thomas Buckle, *History of Civilization in England* (London: Ballou Press [original: 1959]).

¹⁸ Buckle.

¹⁹ Buckle.

Para este, o homem deveria ser compreendido à luz de três fatores essenciais: o meio ambiente, a raça e o “momento histórico”. Este era o seu sistema de generalização; a atenção a estes três fatores, e à combinação entre eles, consistia o seu método, a sua tábua de análise para as sociedades humanas.

Nas últimas décadas do século XIX, a corrente historiográfica de positivistas franceses vai influenciar a nascente “Escola Metódica” da França, que a partir de 1876 se afirma com a publicação do primeiro número da *Revue historique*, uma revista que trará na sua comissão editorial nomes da antiga geração positivista – como Taine e Renan – e novos nomes da escola metódica como Monod e Lavissee. Os metódicos acompanham os positivistas no que concerne ao entendimento da História como ciência, mas, rigorosamente falando, não estarão empenhados na busca de Leis Gerais e nem professarão determinismos à maneira de Taine. Portanto, os metódicos incorporam a influência positivista, mas estão a meio caminho de algumas posições do historicismo.

Já uma reflexão sobre a natureza do conhecimento histórico, bem ao estilo positivista, segue com livros como o de Louis Bourdeau, que é publicado em 1888 com o título *L'Histoire et les historiens: essai critique sur l'Histoire considérée comme science positive*. Todos os pilares fundamentais do positivismo são reafirmados aqui: a busca de Leis Gerais, a objetividade metodológica aproximada à das Ciências Naturais, a neutralidade de um historiador que devia se destacar do seu objeto de estudo e observá-lo distanciadamente, e mesmo o uso de uma linguagem tão formalizada quanto possível, avessa à narratividade. Enquanto isto, Paul Lacombe também sustentaria em 1894 uma discussão sobre a cientificidade da História em termos positivistas, sustentando a existência de leis do desenvolvimento histórico em seu ensaio *De l'Histoire como science*.

Enquanto isto, a escola Metódica e seus herdeiros irão publicar manuais com ideias positivistas até meados do século XX, como os manuais de Wilhelm Bauer e Louis Halphen, respectivamente publicados em 1921 e 1946, ambos com o nome *Introdução à História*. Um destes manuais, aliás – o de Luis Halphen – é citado no artigo de Fernando Braudel sobre “História e Ciências Sociais: a longa duração” (1958) como exemplo de historiografia tradicional e retrógrada, precisamente em uma passagem na qual se diz que o historiador apenas precisa esperar de suas fontes que estas deixem falar os fatos por si mesmos. Mas o mais famoso dos manuais, certamente, seria o de Seignobos e Langlois, escrito em 1898 e duramente criticado pela Escola dos Annales na terceira década do século XX.

Com relação a posteriores desenvolvimentos do Positivismo, iremos encontrá-lo fortalecido, se não na historiografia do século XX, ao menos na sociologia deste mesmo século. O principal articulador da modernização do positivismo nas Ciências Sociais, e de sua reconfiguração para um novo tempo,

foi Émile Durkheim (1858-1917), que reconhece esta herança, particularmente em relação a Augusto Comte.²⁰ Na vertente neo-positivista das Ciências Sociais apresentada por Durkheim – sociólogo francês que declararia a necessidade de “considerar os fatos sociais como coisas” – ficará bem mais claro do que na historiografia positivista este tríplice fundamento em que se baseia o paradigma positivista desde Augusto Comte: (1) a crença na possibilidade de encontrar leis naturais e invariantes para as sociedades humanas, (2) a neutralidade do cientista social, e (3) a identidade de métodos entre as ciências humanas e as ciências naturais (‘Quadro 1’, parte superior). Sob este último ponto, afirmaria Durkheim: “A ciência social não poderia realmente progredir mais se não houvesse estabelecido que as leis das sociedades não são diferentes das leis que regem o resto da natureza e que o método que serve para descobri-las não é outro senão o método das outras ciências.”²¹

Esta identidade entre os métodos e padrões epistemológicos das ciências exatas e das ciências humanas, geram no neopositivismo durkheimiano a mesma crença na “neutralidade do cientista social” que já era advogada por Augusto Comte: “Que o sociólogo se coloque no estado de espírito no qual estão os físicos, químicos, fisiólogos, quando eles se debruçam sobre uma região ainda inexplorada do seu domínio científico.”²² Por fim, também nos mostrará o sociólogo francês, em diversas passagens, sua crença na invariância de leis que estariam por trás do desenvolvimento das ciências humanas: “Os economistas foram os primeiros a proclamar que as leis sociais são tão necessárias como as leis físicas. Segundo eles, é tão impossível a concorrência não nivelar pouco a pouco os preços ... como os corpos não caírem de forma vertical... Estende este princípio a todos os fatos sociais e a sociologia estará fundada.”²³

Historicismo

Enquanto o positivismo francês do século XIX pode ser discutido como uma reconfiguração conservadora da herança Iluminista, já o historicismo alemão, e seus desdobramentos em outros países europeus e mesmo nas Américas, deverá ser entendido em vista do contexto de afirmação dos Estados-Nacionais do século XIX. O historicismo também se presta nos seus primórdios, e no decurso de boa parte do século XIX, a um contexto igualmente conservador. Mas os interesses que representa mais diretamente não serão os da burguesia industrial enquanto classe social dominante, e sim os interesses dos grandes

²⁰ Buckle.

²¹ Durkheim, *Montesquieu et Rousseau: précurseurs de la sociologie* (Paris: Éditions Rivière, 1953).

²² Durkheim.

²³ Durkheim, *La science et l'action* (Paris : PUF, 1970).

estados, da burocracia estatal que financia os seus projetos historiográficos. Claro está que estes interesses são articulados em algum nível – o dos estados e o das elites que controlam a sociedade industrial. Mas no plano mais direto, apresentam especificidades a considerar.

De todo modo, as duas grandes questões que se colocam para os historicistas alemães são a vontade de realizar a unificação alemã – uma vez que todo o vasto território de fala germânica estava então partilhado em inúmeras realidades políticas menores – e também o projeto de encaminhar a modernização sem maiores riscos revolucionários. Para além disto, particularmente com a escola histórica alemã, os historicistas de primeira hora eram muito habitualmente sustentáculos das estruturas monárquicas – sendo particularmente forte a monarquia prussiana como financiadora do projeto nacional historicista sob sua jurisdição – e ainda havia uma boa parte de historicistas que buscavam justificar no passado as permanências e instituições feudais ainda persistentes no seu Presente. De modo geral, no contexto da restauração e em virtude das viscerais oposições entre alemães e franceses, os historiadores da escola histórica alemã eram críticos da Revolução Francesa, e ao lado disto não desprezavam as épocas anteriores – inclusive a idade média – como haviam feito os iluministas do século XVIII. Qualquer época, para um historicista alemão, tinha a sua própria importância e deveria ser examinada consoante critérios a ela adequados, bem como de acordo com seus próprios valores. O mesmo raciocínio valia para as diversas espacialidades, e cada nação deveria ser compreendida em sua singularidade. O projeto inicial do historicismo alemão, conforme se pode ver, é por um lado tão conservador quanto o do positivismo francês, mas já apresenta um elemento novo, que é o de elaborar uma história especificamente nacional, portanto não universalista.

Para além disto, é oportuno lembrar que, do ponto de vista do estado prussiano, havia a tendência já herdada da época dos déspotas esclarecidos de fazer reformas de alcance limitado com o objetivo de se prevenir contra revoluções. Enquanto os monarcas absolutistas franceses haviam se conservado inflexíveis diante das pressões populares e por isso tiveram de enfrentar o acirramento e radicalismo da Revolução Francesa, os déspotas esclarecidos responsáveis pelo antigo Império Austro-Húngaro aprenderam a acompanhar o movimento de sua época de modo a se conservar no poder. Alguns destes monarcas, à sua época, haviam se tornado “iluministas” moderados, benfeitores das artes e das ciências. No século XVIII, haviam oferecido um discurso de modernidade e uma prática de pequenas reformas; agora, ofereciam ao povo a História.

No fundo, tanto o positivismo como o historicismo foram, à partida, frutos de uma mesma necessidade de época, representada pelo paradoxo de encaminhar uma modernização política que viabilizasse aquele desenvolvimento

industrial que atenderia às exigências da burguesia triunfante, e ao mesmo tempo conservar alguns privilégios sociais da nobreza.²⁴ Contudo, a esta necessidade em comum de realizar o consenso entre nobreza e burguesia, o positivismo e o historicismo ofereceram respostas diferenciadas: o positivismo francês oferecia o consenso com base na ideia de universalismo; o historicismo alemão buscava proporcionar o consenso social ancorado na ideia de nacionalismo. Para tanto, era necessário realizar uma nova forma de História, cujos dois principais pilares foram a recuperação de uma documentação alemã que remontava aos tempos medievais, e o desenvolvimento de um novo método de crítica destas fontes com inspiração filológica.

As motivações políticas das elites francesas e germânicas não diferiam muito, conforme se pode ver, no que se refere à necessidade de estabelecer consenso e de desmobilizar posturas revolucionárias, mas as suas respostas marcaram caminhos muito distintos, e o particularismo histórico proposto pelo historicismo alemão logo se oporá menos ou mais radicalmente ao universalismo positivista. De igual maneira, ao “homem universal” que um dia fora objeto de estudo dos iluministas, e que agora era reivindicado como conceito central pelos positivistas do século XIX, o historicismo opunha o “indivíduo concreto”, particular, histórico e sujeito à finitude. Ao menos em uma das pontas da operação historiográfica – a que se referia às fontes históricas e às sociedades examinadas (isto é, ao objeto historiográfico) – o historicismo era já relativista. Nisto se conformava o seu avanço, a sua novidade com relação aos esquemas universalistas que o positivismo herdara do Iluminismo, mas já despojados de seu caráter revolucionário.

É ainda preciso lembrar que o historicismo teve precursores entre alguns dos filósofos e historiadores românticos do final do século XVIII, como Herder (1744-1803), que consideravam a necessidade de escrever uma história particularizante, capaz de apreender a especificidade de cada povo. Antes deles, seria importante ressaltar também as antecipações de Vico (1668-1744), que em *Ciência Nova* (1725; 1744) já desenvolvia uma perspectiva voltada para a apreensão da singularidade de cada povo, ainda na primeira metade do século XVIII. De igual maneira, frequentemente se fala também em uma “historiografia romântica”, tanto com referência aos poucos precursores historicistas do século XVIII, como em referência aos românticos do século XIX. Eles não diferem muito, rigorosamente falando, dos historicistas propriamente ditos. Um dos poucos pontos de contraste é o fato de que a historiografia romântica preconizava um método intuitivo para a construção do conhecimento histórico, ao contrário do rigoroso método de crítica documental que já ia sendo encaminhado pelos historicistas de inspiração alemã. Também os literatos românticos, e os artistas românticos de modo geral, apresentavam muitas afinidades com o historicismo,

²⁴ Josep Fontana, *História dos Homens* (Bauru: EDUSC, 2004), 222.

particularmente no que se refere à sua nostalgia do passado gótico, à sua revalorização da idade média, e à rejeição das abstrações racionalistas que haviam sido encaminhadas pelos iluministas do século XVIII. Isto posto, consideraremos aqui uma corrente única, sem discutir as especificidades da variação romântica do historicismo, e falaremos apenas do historicismo de maneira geral, por oposição ao Positivismo de sua própria época.

Voltando ao século XIX, pode-se dizer que o paradigma historicista, desde a contribuição de um Ranke que ainda parece afirmar possibilidade de “contar os fatos tais como eles se sucederam”, foi abrindo cada vez mais espaço para o relativismo histórico, para a consciência da radical historicidade de todas as coisas, mergulhadas que estão no interminável devir histórico. O historicismo, em diversos de seus setores, foi apurando a percepção de que o historiador não pode se destacar da sociedade como pressupunha o modelo das ciências naturais preconizado pelo positivismo e outras vertentes científicas das ciências humanas. Ao contrário disto, foi se afirmando cada vez mais no universo historicista a ideia de que o historiador fala de um lugar e a partir de um ponto de vista, e que, portanto, não pode almejar nem a neutralidade nem a objetividade absolutas, e menos ainda falar em uma verdade em termos absolutos. A Hermenêutica – campo de saber dedicado à interpretação de textos e objetos culturais – foi se afirmando como importante espaço de reflexão a partir de filósofos e historiadores que realçavam a relatividade dos objetos, sujeitos, e métodos históricos.

Para que o historicismo, de modo geral, atingisse esta virada relativista em todos os seus aspectos, seria preciso percorrer um longo caminho. De fato, ao se examinar a obra de diversos dos historicistas oitocentistas, podemos neles identificar em alguns deles traços que de alguma maneira parecem lembrar os ideais positivistas de neutralidade. Para se compreender isto, é preciso ter sempre em conta que – ao contrário do Positivismo, que praticamente já estava formado na primeira década do século XIX em virtude de ter herdado do Iluminismo os seus principais paradigmas (embora os aplicando para um uso conservador) – já o historicismo irá construir passo a passo o seu paradigma no decurso do século XIX. Isto explica que, à partida, o historicismo alemão ainda apresente claramente posições conservadoras, sempre a serviço dos grandes estados-nacionais, e neste novo contexto é bastante interessante notar que Ranke ainda declara ser capaz de “contar os fatos tais como eles se deram” (se bem que haja bastante polêmica em torno do verdadeiro sentido deste dito). De todo modo, Ranke já não acredita em uma história universal humana, e sim em histórias nacionais particulares, de maneira que já se vê aqui um primeiro princípio de aceitação da relatividade historiográfica – neste caso ao nível do objeto de estudo.

Em nossa perspectiva, este é de fato o traço fundamental que perpassa toda a atitude historicista, a “cor geral” que o atravessa e ilumina tudo o mais, produzindo outros desdobramentos. O historicismo é pioneiro ao apresentar uma nova perspectiva sobre o Homem, bem distinta da perspectiva que era no século anterior apresentada pela tendência dominante pelo pensamento ilustrado, e que em seu próprio século continuaria a ser sustentada pelo positivismo. Naquele homem que os iluministas e os positivistas procuravam enxergar como universal e caracterizado por uma natureza imutável, os historicistas já começam a enxergar a diferença, o movimento. Em uma palavra: a historicidade. O homem (ou os homens) e as sociedades humanas são realidades em movimento, e assim devem ser percebidos. Ao invés de buscar o universal, a atitude historicista busca perceber a diferença, a singularidade, o específico, o singular, o particular. Ao invés de estar obcecada pela descoberta da natureza imutável do homem, a concepção historicista deleita-se, e mesmo embriaga-se, com a percepção do movimento. Em uma palavra, trata-se de apreender com radical historicidade toda e qualquer realidade, de modo que nada no universo estaria estático e imobilizado, ao mesmo tempo em que nenhuma coisa seria igual a outra neste interminável devir histórico.

Esta cor geral, que constitui no historicismo um olhar atento à diversidade e à mutabilidade, produz os seus imediatos desdobramentos. Um século, no entanto, é apenas um breve momento na construção de um novo paradigma historiográfico, e por isso não devemos estranhar que este modelo não tenha se apresentado pronto desde o primeiro momento. Foram precisas décadas de história e de historiografia para que os historicistas, no seu conjunto, explorassem radicalmente todas as implicações de sua nova atitude em favor da diferença e do movimento. De modo geral, poderemos resumir três princípios fundamentais que essencialmente sustentam este paradigma Historicista em construção (‘Quadro 1’, hemisfério inferior).

O paradigma historicista completo, este é o ponto, principia enfaticamente com (1) o reconhecimento da ‘Relatividade do objeto Histórico’. De acordo com este princípio, inexistem leis de caráter geral que sejam válidas para todas as sociedades, e qualquer fenômeno social, cultural ou político só pode ser rigorosamente compreendido dentro da História. A historicidade do objeto examinado (uma sociedade humana, por exemplo, mas também uma vida humana individual, ou qualquer evento ou processo já ocorrido ou em curso) deve ser o ponto de partida da investigação – e não, como propunha o Positivismo, a universalidade das ‘sociedades humanas’ ou a unidade fundamental do comportamento humano. Apreender com radical historicidade toda e qualquer realidade, seja esta uma realidade social ou natural (ou as duas coisas) será aqui a palavra de ordem historicista: o ponto cego do qual tudo se origina.

Em segundo lugar (2), a História, bem como as demais ciências humanas, deveria requerer uma postura metodológica específica, radicalmente distinta do padrão metodológico típico das Ciências Naturais ou das Ciências Exatas. Formulava-se aqui a distinção entre dois tipos de ciências – ou, em outras palavras, o direito de que um outro tipo de conhecimento postulasse cientificidade sem que necessariamente o seu modelo coincidisse literalmente com o das ciências da natureza. Logo surgiria, a partir desta formulação, a célebre oposição entre a “compreensão”, atitude que deveria reger o posicionamento metodológico nas ciências humanas, e a “explicação”, que seria típica das ciências naturais e exatas. Na base desta distinção, seria possível falar em uma diferença fundamental entre fatos históricos e fatos naturais.

Por fim (3), o historicismo estaria pronto a reconhecer a ‘subjatividade do historiador’, assumindo todas as implicações da ideia de que também o historiador ou o cientista social encontra-se mergulhado na História, o que faria da ambição positivista de alcançar a total “neutralidade do cientista social” não mais do que uma quimera.

Os três traços acima indicados como essenciais do pensamento historicista mais completo são, ainda, beneficiados por uma ‘perspectiva particularizante’ que se torna bastante típica do historicismo, por oposição à ‘perspectiva generalizante’ que era característica tanto da maior parte do iluminismo do século XVIII como do positivismo oitocentista. Se estas correntes buscavam frequentemente encontrar ‘leis gerais’ para a explicação dos comportamentos e desenvolvimentos das sociedades humanas, já o historicismo, de modo geral, abre mão desta busca, e procura se concentrar no particular, naquilo que torna cada sociedade singular em si mesma, nos aspectos que fazem de cada processo histórico algo específico.

Eis, portanto, a tríade do pensamento historicista: (1) Relatividade do objeto histórico, (2) Especificidade metodológica da História, e (3) Subjatividade do historiador. Trata-se, esta é a questão, de uma tríade conquistada aos poucos, pois o paradigma historicista foi se construindo no decurso do século XIX. Assim, desligando-se à partida das antigas propostas iluministas, e confrontando-se com o Positivismo de sua própria época, cada vez mais o pensamento historicista iria investir na ideia de que as ciências humanas deveriam buscar métodos próprios, e não procedimentos emprestados às ciências da natureza. Logo surgiria a Hermenêutica para opor a “explicação”, própria das ciências naturais, à “compreensão”, postura metodológica específica das ciências humanas. E, por fim, nas últimas décadas do século XIX, alguns setores historicistas completam a sua virada relativista: já acreditam que também o historiador, e não apenas as sociedades examinadas, está visceralmente implicado em toda a sua singularidade. Quando se chega a este ponto, positivismo e historicismo já se espelham perfeitamente com relação aos principais aspectos

que se referem à relação entre objetividade e subjetividade historiográfica (Quadro 1).

Vejamos como se vai instalando o paradigma historicista na Europa do século XIX, desde os seus primórdios, como uma alternativa que começa a se colocar frontalmente contra o positivismo. O ponto de partida contextual do historicismo, conforme já ressaltamos, não deixava de ser tão conservador quanto o do positivismo. Também os historicistas foram convocados para elaborar um novo modelo historiográfico que renunciasse à crítica social que um dia havia sido a tônica do discurso dos filósofos da Ilustração. No caso do historicismo de inspiração alemã, os seus financiadores são os Estados-Nacionais.²⁵

Diga-se de passagem, é importante notar que há leituras diferenciadas sobre a formação e natureza do historicismo. Se atrás indicamos o Iluminismo como origem do Positivismo, esta corrente que dá um destino conservador a certos pressupostos que haviam sido colocados pela primeira vez pelo pensamento ilustrado, há também leituras que procuram vincular o historicismo ao passado ilustrado. É o caso, por exemplo, da análise de Meinecke (1862-1954), ele mesmo um historicista, e que em seu ensaio de 1936 sobre *O Historicismo e sua Gênese* considera o historicismo como se estivesse em linha de continuidade em relação à Ilustração, sendo que na passagem da Ilustração ao historicismo teria ocorrido uma substituição da tendência à “generalização” por um “processo de observação individualizadora.”²⁶ Trata-se de uma interpretação problemática, uma vez que a generalização e a perspectiva universalizante eram traços muito fortes do Iluminismo, de modo que a sua supressão por uma visão particularizante é já certamente uma ruptura.

Outro ponto de complexidade é a migração intelectual de um campo a outro. Jorge Navarro Perez, em seu ensaio sobre *A Filosofia da História de Wilhelm Von Humboldt* (1996), procura mostrar como o linguista e fundador da Universidade de Berlim Wilhelm Von Humboldt (1767-1835) teria passado da busca ilustrada às leis do progresso para uma perspectiva que sustentava que era preciso avaliar cada época conforme a sua individualidade. Esta migração de idéias também pode ser percebida nos *Escritos de Filosofia da História* de Wilhelm Von Humboldt (1997).

Também é oportuno lembrar que o historicismo, com seu novo paradigma particularizante, influenciou já na sua época outros campos do saber, para além da História, como foi o caso do Direito e da Economia. No primeiro caso, surgiria uma Escola de Direito Alemã que, através de nomes como o de K. Von Savigny, rejeitava o universalismo implícito na teoria do Jusnaturalismo, em favor da busca da singularidade histórica do conjunto de leis de cada povo. No

²⁵ Fontana, 222.

²⁶ Friedrich Meinecke, *El historicismo y su genesis* (Mexico: FCE, 1982 [original: 1936]).

caso da Economia, a influência historicista iria contribuir para a formação, na segunda metade do século XIX, de uma Escola Alemã de História Econômica que passaria a empreender o estudo comparado de casos específicos e que teria em Schmoller (1838-1917) um de seus principais nomes.

Retornando aos aspectos paradigmáticos do historicismo, é oportuno destacar a sua ligação estreita com uma História (da) Política (isto é, uma História da Política ainda no sentido estreito, exclusivamente referente ao âmbito do Estado e do confronto entre Estados). De fato, os livros de Ranke – principal representante do historicismo alemão – têm sempre como tema central as relações que se estabelecem entre os estados, seja através da guerra ou da diplomacia. As nações, em Ranke, são sempre compreendidas no interior dos estados; este será um tema particularmente importante para os historicistas, conforme mostrou Wolfgang Mommsen em seu estudo sobre a transformação da ideia de nação na historiografia alemã.²⁷ Para além disto, trata-se de uma história das elites, ou dos povos conduzidos pelas elites, e há certamente numerosas passagens rankeanas em torno daquilo que se convencionou chamar de “História dos Grandes Homens”. A História (da) Política elaborada pelo historicismo alemão de inspiração rankeana é também uma História (dos) Políticos. Não faltam retratos pessoais dos reis, descrições da corte e menções aos ministros e demais políticos.

Deve-se notar, neste quadro tendencial, que o historicismo não tardaria a se partir em dois ramos bem diferenciados: um historicismo mais conservador – tanto politicamente como epistemologicamente – e um historicismo mais avançado no que concerne à assimilação do relativismo. Na primeira metade do século XX, o setor mais conservador do historicismo sofreria rigoroso ataque de escolas históricas mais modernas, como a Escola dos Annales na França ou a escola presentista estadunidense. Este setor mais conservador do historicismo é aquele que praticamente se imobiliza na contribuição de Ranke, não chegando a completar a virada relativista e a trazer ao historiador a consciência de sua própria historicidade. É este historicismo mais retrógrado, que conserva traços difusos de positivismo, que se tornará um alvo fácil para os célebres artigos de Lucien Febvre em *Combates pela História* (1953), na fase de ascensão do movimento dos Annales ao espaço institucional francês.

Quanto ao setor do historicismo que fora tocado pelo sopro da renovação, e que completara a virada relativista através de nomes como o de Wilhelm Dilthey, este seguiria adiante através da vigorosa e criativa contribuição de filósofos e historiadores que vão de Hans-Georg Gadamer a Paul Ricoeur e

²⁷ Wolfgang Mommsen, “Le trasformazioni dell’idea di nazione nella scienza storica tedesca del XIX e XX secolo” in B. de Gerloni (org.) *Problemi e metodi dellastoriografia tedesca* (Torino: Einaudi, 1996).

Reinhart Koselleck. Mas antes de se chegar a estas notáveis contribuições, uma peculiar história precisou ser percorrida. É mesmo bastante curioso o fato de que, enquanto o Iluminismo revolucionário se desenvolveria até atingir seu ponto de inflexão e se transformar no Positivismo conservador, já o Historicismo nasce demarcado por interesses conservadores e mesmo reacionários, mas termina por se desenvolver inexoravelmente rumo às mais avançadas propostas do historicismo relativista.

O extraordinário sucesso do historicismo já desde meados do século XIX deve ser reputado aos inegáveis progressos implementados por historiadores como Ranke e Niebuhr nos aspectos relacionados à crítica das fontes. Uma rápida visão panorâmica pode nos dar conta de como a concepção historicista da História, principalmente em função deste eficiente método de crítica documental que os historiadores da Escola Alemã estabeleceram, difundiu-se rapidamente por outros países. Em geral, os historicistas dos primeiros dois terços do século XIX, também fora da Alemanha, assumiram posições particularmente conservadoras que visavam legitimar os estados-nacionais. Na Inglaterra, por exemplo, teremos a obra de Thomas Babbington Macaulay (1800-1859), que pretende reconstituir o passado histórico com vistas a mostrar uma progressiva ascensão “em direção às formas da liberdade constitucional inglesa,”²⁸ o que implica, para o caso do historiador whig Macaulay, em redesenhar a *História da Inglaterra* (1949) em termos de graduais vitórias dos reformistas whigs contra os *tories*, que aparecem como defensores do *status quo* e como freios à progressiva evolução política liderada pelos whigs. Posteriormente, o historicismo alemão ganharia ainda mais força na Inglaterra, sobretudo a partir da divulgação de seu método por lord Acton (1834-1902). Mas já reaparece aqui uma perspectiva de Imparcialidade do historiador que faz lembrar os positivistas de sempre ou os historicistas dos primeiros anos do século XIX. Enquanto isto, no outro lado do Atlântico, o historiador norte-americano Frederick Jackson Turner (1861-1932) reforçava enfaticamente a natureza relativista da história em um texto de 1891 que discorria sobre “O Significado da História”, antecipando o dito de Benedetto Croce de que “toda história é contemporânea” ao reafirmar que cada época reescreve necessariamente a história mais uma vez. A querela entre Imparcialidade e Relativismo do próprio sujeito produtor de conhecimento, deste modo, reeditava-se.

À parte os retornos e recuos ocasionais nesta complexa história da tomada de consciência histórica, o conservadorismo historicista dos primeiros tempos não impediu que deste paradigma surgissem novos caminhos historiográficos. O relativismo historiográfico é certamente a sua principal contribuição. Se nos

²⁸ Fontana, 223.

detivermos nas implicações que já estavam presentes desde o primeiro princípio historicista – o da historicidade e relativismo de todas as sociedades humanas e objetos históricos – não é difícil perceber que seria só uma questão de tempo para que um dia viesse a ser atingida pelo Historicismo a aceitação do ‘relativismo e historicidade do próprio historiador’. Afinal, se o objeto histórico é relativo, também o próprio historiador – ele mesmo passível de se tornar objeto histórico em um futuro distante – não pode ser mais do que igualmente relativo, imerso na historicidade, inevitavelmente ligado a pontos de vista particulares e à sua subjetividade intrínseca.

A consciência da historicidade era, por assim dizer, inevitável, e não poderia deixar de ser aperfeiçoada pelo arco historicista cada vez mais, à medida que o historicismo se firmasse no decurso do século XIX. Foi assim que o setor mais relativista do Historicismo conseguiu adquirir especial vigor a partir da obra de historiadores e filósofos da história como Gustav Droysen (1808-1884) e Wilhelm Dilthey (1833-1911). Enquanto Ranke não era muito atormentado por dúvidas em relação à objetividade histórica nos primórdios do desenvolvimento do Historicismo,²⁹ já Gustav Droysen, um historicista alemão que escreve nas últimas décadas do século XIX, já passa a sustentar mais ou menos claramente a relatividade e a historicidade do próprio historiador, tal como em um texto de 1881 denominado “A objetividade do Eunuco”, este bastante explícito:³⁰

Eu não aspiro a atingir senão, nem mais nem menos, a verdade relativa ao meu ponto de vista, tal como minha pátria, minhas convicções políticas e religiosas, meu estudo sistemático me permitem ter acesso [...] é preciso ter a coragem de reconhecer esta limitação, e se consolar com o fato de que o limitado e o particular são mais ricos que o comum e o geral. Com isso, a questão da objetividade, de atitude não-tendenciosa do tão louvado ponto de vista de fora e acima das coisas, é para mim relativizada.³¹

Se Droysen já começa a reconhecer a historicidade do próprio historiador, e a necessidade de levar isto em consideração, deve ser atribuída a Wilhelm Dilthey a mais sofisticada defesa de uma postura metodológica específica para

²⁹ Georg G. Iggers, *The German Conception of history*, (Middletown: Wesleyan University Press, 1968), 80.

³⁰ Michel Löwy, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (São Paulo: Cortez, 1994),

³¹ Gustav Droysen, *Historik: Vorlesungen über Enzyklopädie und Methodologie der Geschichte* (München: 1974 [versão espanhola: *Histórica – Lecciones sobre la Enciclopedia y metodología de la historia*. Barcelona: Alfa, 1983 [original: 1881-1883]).

a História e as demais ciências do espírito, por oposição ao padrão das ciências da natureza. Para Dilthey, a oposição entre ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) e ciências da natureza (*Naturwissenschaften*) estaria relacionada à oposição fundamental entre duas posturas metodológicas: a compreensão e a explicação, respectivamente relacionáveis às ciências do espírito e às ciências da natureza. Enquanto estas últimas poderiam se ater a uma “explicação exterior” dos fatos, já a História – ou qualquer outra das hoje chamadas ciências humanas – estaria vinculada à necessidade de “compreender” (*Verstehen*) os fenômenos humanos, de entendê-los não apenas em sua forma externa, mas também por dentro, perscrutando seus sentidos, suas implicações simbólicas, ideológicas, vivenciais, ou, em uma palavra, seus significados. Esta oposição entre a “compreensão” típica das ciências humanas, e a “explicação” típica das ciências naturais, tornar-se-ia clássica, uma referência não apenas para o historicismo como para, de modo geral, boa parte da historiografia do século XX em diante.

À parte a ideia de que tudo é histórico – o que inclui todas as formas de pensamento e tudo o que é produzido pelo homem – a historicidade encontra-se particularmente acentuada nos campos de saber que Dilthey chamou de “ciências do espírito”, a um ponto tal em que a estes campos também se torna possível a referência como “ciências históricas”, abrangendo não apenas a História como também a antropologia, a sociologia, a geografia humana, ou quaisquer outras das ciências do espírito. Para o historicismo da vertente que abarca a contribuição de Dilthey, os objetos de todas estas ciências do espírito seriam especialmente históricos. A historicidade, desta forma, adentra o método em cada uma delas, como já adentrara o objeto e o sujeito que produz o conhecimento. Dilthey toca aqui na contradição fundamental da produção do conhecimento científico, em especial aquele que se refere às ciências humanas: a “multiplicidade dos sistemas filosóficos” contrasta, de modo incontornável, com a pretensão de cada um destes sistemas filosóficos à “validade geral”. Variedade e historicidade – ou diferença e mudança – irmanam-se na análise de Dilthey sobre o conhecimento. Para além disto, cada visão de mundo é, ao seu modo, verdadeira, no sentido de que expressa uma certa dimensão do universo, uma determinada parcela da verdade, sendo vedada ao sujeito que conhece a verdade total.

O relativismo historiográfico, seja de acordo com a proposta de Dilthey ou de outros, gera naturalmente os seus problemas na última ponta do processo cognitivo: aquela que corresponde à subjetividade do historiador que produz o conhecimento. Se se pretende alcançar uma espécie de “verdade histórica”, como administrar a subjetividade reconhecida pelos historicistas na produção do conhecimento histórico, e portanto no resultado de um trabalho historiográfico específico?

– a de esboçar uma grande síntese cultural da civilização ocidental – até a sofisticada “multiplicação de perspectivas” proposta pela sociologia do conhecimento de Karl Mannheim (1893-1947), um sociólogo húngaro de tendência historicista que recolhe algumas de suas influências no Materialismo Histórico de Georg Lukács (1885-1971). Mannheim acreditava que a “multiplicação de perspectivas” favoreceria no limite uma visão mais completa de um determinado objeto de estudo, e em vista disto propõe, como solução original para as limitações geradas pelo relativismo assumido pelo historicismo, uma ‘síntese dinâmica’ das várias perspectivas unilaterais – síntese esta que deveria ser encaminhada por uma *intelligentsia* eclética, capaz de superar os pontos de vista parciais de cada classe social. Max Weber, conforme já vimos, reconhece como sociólogo historicista a multiplicidade de pontos de vista, mas termina por fazer concessões a uma solução positivista que acredita que a neutralidade final poderia ser alcançada através de um rigor metodológico capaz de separar fatos e valores (constatações e julgamentos).

As elaborações historicistas no âmbito do reconhecimento da relatividade histórica e da Hermenêutica não constituíram o único reduto relativista na história do pensamento ocidental. Em 1874, por exemplo, F. H. Bradley, em seu ensaio *Pressuposições da Crítica Histórica*, chamava atenção para o relativismo que cerca a própria posição do historiador, antecipando as posições presentistas que mais tarde iriam aparecer com maior frequência em seu país: “o passado muda portanto com o presente, e não pode nunca ser de outra maneira, porque é sempre baseado no Presente”. Esta posição não cessaria de ser reafirmada, conforme veremos no próximo item, em momentos diversos e por escolas historiográficas variadas do século XX. Benedetto Croce, historicista italiano, imortalizará a frase que mais tarde seria retomada por Lucien Febvre: “Toda História é Contemporânea”. A escola presentista estadunidense, com historiadores que vão de Charles Beard a J. H. Randall, transformaria em sua palavra de ordem o princípio de que cada Presente constrói o seu próprio Passado. Logo viriam os historiadores dos Annales, com a sua História-problema. O século XX, de fato, será o século da relatividade.

É preciso lembrar, de passagem, que não vem apenas do paradigma historicista este ‘Relativismo’ que passaria a predominar francamente no século XX, embora sem cancelar as posturas alternativas e favoráveis a um ‘objetivismo absoluto’, que seguirão sendo encaminhadas por neo-positivistas. Se o historicismo desempenhou um papel importante para a difusão do relativismo das ciências humanas, outros campos do saber também trouxeram a sua contribuição, como ocorreu com o desenvolvimento da Antropologia histórica. De igual maneira, também as antigas críticas nietzschinianas às verdades racionalistas, aliadas às diversas crises do conhecimento científico e posteriormente à crise das meta-narrativas, favoreceriam cada vez mais a que

se fosse aguçando nos historiadores contemporâneos a plena consciência da historicidade de cada ponto de vista.

Hans-Georg Gadamer (1900-2002), historiando uma contribuição hermenêutica que começa a adquirir impulso no século XIX a partir da abordagem ainda romântica do teólogo Schleiermacher (1768-1834), e que avança pela hermenêutica historicista de Dilthey até chegar a *O Ser e o Tempo* de Heidegger (1927), indica em sua obra máxima – *Verdade e Método* (1960) – mas também na série de conferências que foi publicada sob o título *A Consciência Histórica* (1996), a singularidade maior que seria a do homem contemporâneo: a sua “consciência histórica”. A consciência histórica, apresentada não apenas como um privilégio, mas talvez mesmo como um “fardo”, é uma especificidade que diferencia o homem contemporâneo – entendido como o homem do século XX – de todas as gerações anteriores. Gadamer define a consciência histórica como o privilégio do homem moderno de ter “plena consciência da historicidade de todo o presente e da relatividade de toda a opinião.”³²

Eis aqui – na intensificação da “consciência histórica” tal como formulada por Gadamer a partir da tradição hermenêutica, na tendência crescente do historicismo relativista a vencer cada vez mais o sempre aberto debate contra o cientificismo e o positivismo nas ciências humanas, e na reintensificação das ideias de Nietzsche através de autores como o Michel Foucault de *A Verdade e as Formas Jurídicas* (1973) – o ambiente intelectual que favorece uma implacável crítica à ideia de reconstituir em termos absolutos a verdade da História, tal como a havia vislumbrado a maior parte dos historiadores do século XIX, sobretudo os ligados de um modo ou de outro ao paradigma positivista. Outros aspectos, ainda mais, poderiam ser citados como reforçadores do ambiente que favorece a crítica ou a relativização historiográfica da Verdade – e que conseqüentemente trazem implicações para a necessidade de repensar o papel da objetividade e subjetividade na prática historiográfica – aspectos entre os quais pode ser também mencionada a emergência das pesquisas freudianas sobre o inconsciente, noção também incorporada muitos historiadores, ou mesmo a própria emergência de novos paradigmas alternativos que surgem entre as ciências exatas, antes unificadas pelo modelo newtoniano da Física e agora abertas a novas propostas como a da ‘teoria da relatividade’ ou a ‘física quântica’.

Toda esta vasta complexidade constitui um fundo que termina por favorecer o paradigma historicista (mas também o paradigma do materialismo histórico) por oposição ao paradigma positivista, particularmente no que se refere aos estudos históricos. Para concluir o paralelo entre estes dois grandes

³² Hans-Georg Gadamer, *A consciência histórica* (Rio de Janeiro: FGV, 1998 [1996])

paradigmas das ciências das sociedades no século XIX – o historicismo e o positivismo – seria oportuno registrar que não há nenhuma necessidade de que um historiador ou cientista da sociedade, naquele século ou em outro, se localize inteiramente dentro de um modelo. A dicotomia entre positivismo e historicismo é útil para a compreensão dos modelos essenciais que se colocam como geradores de alternativas no quadro das ciências humanas (outro modelo será o do materialismo histórico). Mas na prática e na sua singularidade, os historiadores e cientistas sociais podem combinar aspectos de um modelo e outro, colocar-se entre eles – situar-se, em relação a determinada questão, a meio caminho entre historicismo e positivismo.

Já trouxemos o exemplo da Escola Metódica da historiografia francesa do final do século XIX – constituída por historiadores que rendem homenagem ao Positivismo mas não chegam a realizá-lo na prática, uma vez que seus principais expoentes não estão nem um pouco preocupados em encontrar leis gerais para a História, mas sim, em sua maioria, em apenas descrever factualmente as singularidades dos processos históricos: “narrar os fatos”, em alguns casos tão somente isto. Estes historiadores metódicos combinam uma certa reverência positivista com a factualidade do historicismo mais retrógrado. Não são nem uma coisa nem outra, rigorosamente: nem positivistas, nem historicistas.

Heinrich Rickert (1863-1936), um filósofo da história de orientação historicista e neokantiana, nos oferece um outro exemplo. De modo geral, ele acompanha a virada relativista do setor mais avançado do historicismo em termos de reconhecimento da subjetividade do historiador no processo de produção do conhecimento histórico. Ele reconhece, por exemplo, que o historiador ou cientista social traz consigo valores que o direciona à escolha de tal ou qual objeto de estudo. Contudo, acredita que ainda assim é possível atingir uma “objetividade científica” (bem próxima do que desejaria um positivista) porque existiriam certos valores universais – como a verdade, a liberdade – que seriam aceitos por todos e que por isso fundamentam a universalidade e por isso a possibilidade de alcançar objetividade científica na produção do conhecimento sobre as sociedades humanas.³³ Nele baseado, Max Weber sustentaria uma ambição análoga de alcançar objetividade científica, e por isso há autores que o classificam como um “historicista positivista”, ou ao menos como um historicista que apresenta uma pretensão em comum com o pensamento positivista.

³³ Michel Löwy, *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen* (São Paulo: Cortez, 1994), 35.

Objetividade e subjetividade histórica no século XX: A reedição da oposição entre positivismo e historicismo

As críticas ao modelo positivista de objetividade histórica – particularmente as críticas à proposta de equiparação entre os modelos das ciências humanas e das ciências naturais – seguem pelo século XX. Autores como Collingwood (1889-1943), em *A Idéia de História* (1946), e diversos outros, contestaram a proposta de equiparação entre os modelos das Ciências Humanas e das Ciências Exatas com vistas a alcançar o mesmo padrão de objetividade. Para Collingwood, o passado não é diretamente observável mesmo a partir de uma criteriosa e sistemática análise das fontes, sendo necessário que o historiador reviva o Passado em sua mente através de uma operação na qual assume destacada importância a “imaginação histórica”. Neste sentido, a História não pode postular alcançar um tipo de objetividade análogo à das ciências naturais, e a operação historiográfica acha-se imersa na subjetividade do historiador. Rigorosamente falando, acrescenta Collingwood, a história não tem por objeto as coisas pensadas (os acontecimentos em si mesmos), mas sim os pensamentos (“o próprio ato de pensar”).

É também uma posição de crítica à verdade histórica objetiva a que será apresentada pela Escola Presentista Norte-Americana, através de autores da primeira metade do século XX como Charles Beard (1874-1948) e Carl Becker (1873-1945). Beard polemizará contra o Positivismo, mas também contra o setor do historicismo que considerava mais retrógrado, e que procurará concentrar simbolicamente na figura de Leopold Von Ranke. O debate polarizado em torno da figura de Ranke havia retornado ao cenário central das discussões historiográficas norte-americanas através de um artigo escrito em 1909 por George Burton Adams (1851-1925) para a *American Historical Review*. Burton Adams evocara a figura de Ranke, com vistas a empreender uma apologia da objetividade e neutralidade em História,³⁴ e Charles Beard escolhera precisamente o ídolo retomado para iniciar uma polêmica. Th. Smith contrataria com proposições pro-rankeanas em um artigo produzido em 1943 para a mesma *American Historical Review*, e Beard replicaria mais uma vez com o artigo *That Noble Dream*.³⁵ A argumentação de Charles Beard em seus artigos é muito interessante, pois ele chama atenção precisamente para as contradições de Ranke: um historicista (por ele visto como positivista) que ainda advogava a imparcialidade do historiador com vistas a narrar objetivamente os fatos, mas que assumia claramente posições subjetivas, como uma determinada

³⁴ George B. Adams, History and the Philosophy of History. *American Historical Review*, 1909, n° 14, p. 221-236.

³⁵ Charles Beard, That noble Dream. *The American History Review*. 1935, vol. XLI, n° 1, p. 74-87.

³⁶ Adam Schaff, *História e verdade* (São Paulo: Martins Fontes, 1995 [1971]).

crença religiosa e uma nacionalidade ligada ao mundo germânico. Ou seja, Ranke estava claramente mergulhado no “espírito de partido”. Como pretender, então, a imparcialidade?

O fato de que Leopold von Ranke afirmara a sua pretensão de “contar os fatos tal como eles aconteceram”, o que ocorre na introdução de sua obra sobre *Os Povos Românicos e Teutônicos* (1824), faz com que muitos estudiosos o classifiquem até mesmo como “positivista”.³⁶ Rigorosamente falando, isto não é nem um pouco adequado, pois o que Ranke faz é dar os primeiros passos concretos para a construção de um paradigma novo – o historicismo – mesmo que frequentemente preso a uma maneira de pensar ainda ancorada na ideia de se conduzir através de uma certa “neutralidade”. Há na verdade uma grande controvérsia em torno do verdadeiro sentido do dito de Ranke sobre a possibilidade de narrar os fatos tal como eles aconteceram. De igual maneira, a categorização de Ranke como “positivista” – ou como fundador de uma concepção histórica “objetiva”, “positiva” e “imparcial” – foi aventada por autores como Charles Beard, o presentista norte-americano da primeira metade do século XX que havia polemizado contra Burton Adams e Th. C. Smith, neo-rankeanos do século XX. Mas categorizar Ranke como “positivista” fere a compreensão de que ele trouxe na verdade uma das primeiras contribuições a um ‘historicismo em construção’.

De fato, já fizemos notar que o historicismo foi construindo seus pressupostos fundamentais – isto é, estabelecendo o seu paradigma – ao longo do século XIX. Esta corrente historiográfica não se encontrava essencialmente pronta no início do século XIX, tal como ocorria com o Positivismo, que apenas precisara reverter pressupostos que já haviam sido elaborados pelo pensamento Iluminista, de modo a atender agora aos objetivos conservadores da Europa pós-napoleônica. Assim, muito da confusão que se estabelece com alguns autores que preferem denominar Ranke como “positivista”, quando na verdade ele era, ao contrário, o “pai do historicismo”, remete à não percepção de que Ranke era pioneiro de um “historicismo em construção”. No próximo item, teremos oportunidade de examinar mais de perto a perspectiva de Ranke, e deste modo a sua especificidade historiográfica poderá ficar bem mais clara.

Outro presentista que radicaliza no século XX a posição do historicismo relativista é Carl Becker. Também inserido na escola presentista norte-americana, Becker irá radicalizar ainda mais a afirmação de que o Presente reconstrói o Passado. Para ele, o relativismo atinge tal ponto que cada indivíduo transforma-se, ele mesmo, em historiador, recriando uma história diferente. É muito

interessante percebermos aqui, décadas antes, a base de um pensamento que levaria nos anos a uma reavaliação do papel recriador do leitor de história por Paul Ricoeur (1985). Isto que mais tarde seria tratado por Ricoeur como um retorno da História ao vivido, parece ser pensado de alguma maneira por Carl Becker, ao fazer notar que o indivíduo “não pode lembrar dos acontecimentos passados sem os ligar, de um modo sutil, às suas necessidades ou ao que desejaria fazer.”³⁷ Deste modo, a história torna-se, de acordo com Becker “uma propriedade privada que cada um de nós molda em função da sua experiência pessoal, adapta às suas necessidades práticas ou afetivas, e ornamenta segundo o seu gosto estético.”³⁸ Isto posto, reconhece Becker, a presença de outros indivíduos em interações impede que cada indivíduo-historiador construa uma história inteiramente pessoal, totalmente derivada de sua própria imaginação. A rede de indivíduos em interação permite também um fundo comum, um presente-passado com certas características no interior do qual surgem as variações individuais. É aliás impressionante poder perceber nestas palavras de Carl Becker algo da futura discussão sobre o “campo da experiência” e o “horizonte de expectativas” (o “passado” e o “futuro”) que, décadas depois, Koselleck desenvolveria em *Futuro passado*. Em Carl Becker, já encontraremos esta notável antecipação de uma discussão que retornaria em fins do século XX:

Quando os tempos são calmos, [os historiadores] estão normalmente satisfeitos com o passado ... Mas nos períodos tempestuosos, quando a vida parece sair dos seus quadros habituais, aqueles que o presente descontenta estão igualmente descontentes com o passado. Em tais períodos, os historiadores estão dispostos a submeter o passado a um severo exame ... a proferir veredictos ... aprovando ou desaprovando o passado à luz de seu descontentamento atual. O passado é uma espécie de écran sobre o qual cada geração projeta a sua visão do futuro, e, por tanto tempo quanto a esperança viva no coração dos homens, as ‘histórias novas’ se sucederão.³⁹

³⁸ Carl Becker, “Everyman his Own Historian,” in *The American Historical Review* 2 (1932), 227-228.

³⁹ Becker, “Mr. Wells,” 168-170.

Quadro 1: Paralelo Comparativo entre Positivismo e Historicismo

